

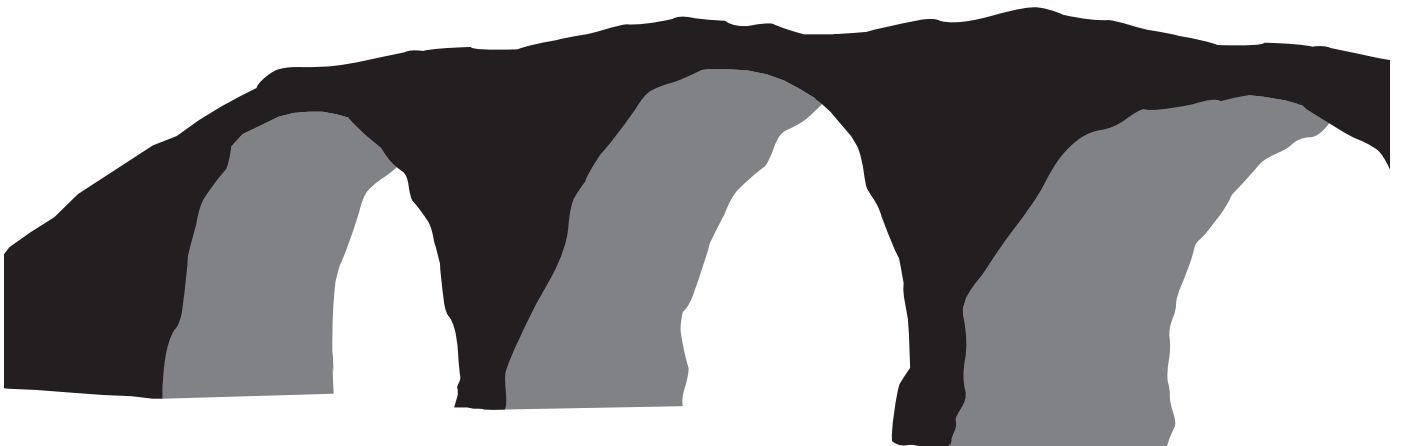
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 5 | Número 1 | Janeiro – Junho 2011

ISSN 1981-5875

**A EXCEPCIONALIDADE DA ANTÁRTIDA:
NOTAS PARA PENSAR ANTROPOLOGICAMENTE**

Luís Guilherme Resende de Assis



A EXCEPCIONALIDADE DA ANTÁRTIDA: NOTAS PARA PENSAR ANTROPOLOGICAMENTE

Luís Guilherme Resende de Assis¹

RESUMO

A Antártida é sublinhada com o signo da excepcionalidade. Foi o último lugar do globo a assistir a presença humana; é terra de todos os superlativos geográficos (o continente mais alto, mais frio, mais seco e com maior quantidade de água doce...); é o último continente incorporado à expansão do Sistema Mundial; é o ambiente mais significativo para a compreensão dos processos climáticos globais contemporâneos. Representando meu primeiro movimento de interrogações antropológicas em meio a um projeto investigativo mais amplo, este artigo procura compreender os traços marcantes da excepcionalidade da Antártida. A excepcionalidade configura-se aqui como elemento ontológico imanente constitutivo do ambiente austral que, por seu turno, imprime formas transcendentais às relações entre este e os humanos que o colonizaram ao longo da história. Tendo em vista a simultaneidade dos aspectos imanentes e transcendentais da excepcionalidade antártica, o texto aborda-os de modo a evidenciar sua inseparabilidade. Na primeira seção apresento a construção transcendente das idéias de paz, cooperação e ciência na constituição dos modos de gerenciamento da região austral que culminaram no Sistema do Tratado da Antártida - ATS. Na segunda e terceira seções, demonstro que os princípios do ATS funcionam como contrapartida da excepcionalidade imanente do funcionamento dos sistemas naturais austrais. Nessa relação entre imanência e transcendência procuro elaborar algumas notas para pensar antropológicamente a colonização científica da Antártida, respondendo à questão que diversas vezes cientistas e militares me colocaram: o que faz um antropólogo na Antártida?

Palavras-chave: Antártida, antropologia, transcendência, imanência, cosmologia, identidade, Sistema do Tratado da Antártida, enclave, cosmopolítica.

RESUMEN

La Antártica se destaca bajo el signo de la excepcionalidad. Fue el último lugar en la tierra donde se observó la presencia humana; es la región que incorpora

1 Programa de Pós Graduação, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília - Scott Polar Research Institute, University of Cambridge. luisguilhermera@yahoo.com.br

todos los superlativos geográficos (el más alto, más frío, más seco, y con la mayor reserva de agua); fue el último continente incorporado en la expansión del Sistema Mundial; es el sistema ambiental más importante para la comprensión de los procesos globales de cambio climático actual. Como mi primer paso dentro de un proyecto de investigación antropológico más amplio, en este artículo señalo las características más notables de la excepcionalidad de la Antártida. Esta excepcionalidad se presenta como una característica ontológica inmanente fundamental del ambiente austral. Por otro lado, la excepcionalidad inmanente del medio ambiente configura las formas trascendentales de sus relaciones con la humanidad que históricamente lo he colonizado. Dada la simultaneidad de las características inmanentes y trascendentes de la excepcionalidad de la Antártida, este texto tiene por objeto poner de relieve la inseparabilidad entre ambos aspectos. En la primera sección presento la construcción trascendental de las ideas principales que guiaron la gestión de la región austral: la paz, la cooperación y la ciencia. Estas ideas culminaron en la creación del Sistema del Tratado Antártico - ATS. En la segunda y tercera secciones muestro que los principios del ATS funcionan como contraparte del funcionamiento inmanente de los sistemas naturales australes. Dadas las relaciones inherentes entre inmanencia y trascendencia, formulo algunas cuestiones antropológicas sobre la colonización científica de la Antártida. Busco responder a la pregunta recurrente hecha por militares y científicos con los que he investigado en una expedición brasileña: ¿que hace un antropólogo en Antártica?

Palabras-clave: Antártica, antropología, inmanencia, trascendencia, cosmología, identidad, Sistema de lo Tratado de la Antártica, enclave y cosmopolíticas.

ABSTRACT

Antarctic is highlighted under the sign of exceptionality. It was the last place on earth to witness the human presence, it is the land that fits all geographical superlatives (the highest, the coldest, the driest, and the continent with the largest water reserve); it is the last continent attached to the World System's expansion; it is the most important environmental system for the understanding of global contemporary climate change processes. As my first step within a broader anthropological research project, this paper points the most remarkable features of the exceptionality of the Antarctic. Such exceptionality figures as an immanent and ontological feature of the austral environment. By its turn, the exceptionality of environment characterizes the transcendental forms of its relations with the humanity who historically colonized it. Given the simultaneity of the immanent and transcendent features of the Antarctic exceptionality, this text aims to highlight the inseparability between both aspects. In the first section I present the transcendental construction of the main ideas that guided the management of

the austral region: peace, cooperation and science. These ideas culminated in the establishment of the Antarctic Treaty System – ATS. In the second and third sections I show that the principles of the ATS work as counterparts of the immanent functioning of the austral natural systems. Given the inherent relations between immanence and transcendence, I formulate some statements in order to think anthropologically about the scientific colonization of the Antarctic. By doing so I answer the recurrent question made by military and scientist with whom I researched in a Brazilian expedition: what an anthropologist do in Antarctic?

Key-words: Antarctic, anthropology, transcendence, immanence, cosmology, identity, Antarctic Treaty System, enclave, cosmopolitics.

As concepções combinadas de paz, cooperação técnica internacional e prática científica estruturam o *Antarctic Treaty System* - ATS e emolduram a presença humana na Antártida². Este celebrado instrumento de política internacional regula os modos de gerenciar a excepcionalidade do ambiente austral. Excepcionalidade decorrente da posição geográfica da Antártida no globo e da importância de seu sistema natural para a vida na Terra. Ao mesmo tempo, o ATS incorpora e promove a distinção dos sistemas sociais, econômicos, culturais e políticos da Antártida, delineando a economia de vocabulários no jogo político internacional entre países signatários. O Tratado vai além. Ele estabelece padrões para a construção institucional dos programas antárticos nacionais e, ao fazê-lo, coloca em relação diversos atores nos – e entre – os Estado-nacionais. Eclodem na interação estilos e condições particulares de significar as experiências vivenciadas na região austral. Àqueles expostos ao ambiente do ATS, cabe-lhes a hábil tarefa de articular esses diferentes registros da exceção. Cientistas e apoiadores logísticos, no mais das vezes cativos de posições institucionais nacionais, funcionam, assim, como agentes da paz, da cooperação e da ciência no processo de colonização científica da Antártida. Uma colonização que repele – ou congela – o conceito de Estado-nação, mas que só funciona através dele. Neste trabalho exponho as implicações desse intrincado contexto para a prática antropológica, de onde emanam formas – e conteúdos – socioculturais da presença humana na Antártida.

A escrita deste texto situa-se entre a pesquisa de campo, já realizada, e a preparação da revisão bibliográfica para elaboração de minha tese de doutorado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Neste momento organizo meus dados de campo e realizo pesquisa bibliográfica no Scott Polar Research Institute, Universidade de Cambridge³. As formulações aqui expostas

2 Apesar da marcante presença humana em face da exploração foqueira e baleeira ao longo de dois períodos (1810's – 1830's e 1880's – 1940's), o apelo científico reconfigurou a demografia na Antártida. Em 1962, pouco depois da assinatura do Tratado da Antártida a população de cientistas e pessoal de apoio logístico guinou permanentemente, consolidando a ciência como veículo da presença humana na Antártida (Beltramino, 1993:28-29). Por isso, considero adequado caracterizar a presença humana na Antártida como uma verdadeira colonização científica.

Nesta apresentação não discutirei aprofundadamente o conceito de colonização ou colonialismo, utilizando-o de uma forma um tanto desprendida de tradições intelectuais. Aos interessados nestas tradições, visando uma mirada latino-americana, sugiro a leitura dos artigos compilados em Lander (1993) e Castro-Gómez & Grosfoguel (2007). Para os processos e configurações (pós- ou de-) -coloniais nas antropologias praticadas mundo afora, recomendo a leitura dos artigos compilados em Asad (1973) e Ribeiro & Escobar (2006).

3 Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado que viabilizou esta pesquisa, bem como à CAPES que proporcionou o intercâmbio acadêmico com a Universidade de Cambridge, via bolsa de Programa de Estágio no Exterior. Agradeço também aos técnicos, diretores, secretários e sub-secretário dos três órgãos públicos que, juntos, compõem o Programa Antártico Brasileiro (Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente e Marinha do Brasil).

Merecem agradecimentos especiais aqueles com quem convivi ao longo de minha trajetória na Antártida na realização ou planejamento das Operações Antárticas XXVIII e XXIX, sobre quem escrevo. Refiro-

refletem a efusividade e selvageria características desse momento de amadurecimento intelectual. As idéias, ainda avessas à domesticação formal exigidas de uma tese ou de um artigo posterior a ela, são, portanto, elaborações iniciais. Por isso, não espere o leitor encontrar uma pepita lapidada. O convite aqui proposto é de observação. Observação crítica de como algumas dúvidas antropológicas são formuladas no bojo de uma pesquisa em andamento.

O momento político desta publicação é bastante oportuno, visto que resulta do “*I Encontro Latino Americano em Antropologia e Arqueologia Polar*” e do “*Seminário Fluxos de Modelo em Escala Global: explorando o cenário da Antártida*”, alguns dos primeiros esforços latino americanos para compilar as experiências de Argentina, Brasil e Chile nas ciências sociais. Em que pese mais de uma década de experiência e produtividade da arqueologia histórica na Antártida, e a recente inclusão da antropologia e arqueologia no último edital do Programa Antártico Brasileiro, nossas disciplinas ainda encontram obstáculos. Talvez o mais nítido deles seja a dificuldade em legitimarmos amplamente as ciências sociais nos programas antárticos nacionais, onde cientistas e instituições competem acirradamente por recursos e benefícios logísticos. À parte o caso brasileiro, nos demais países latino americanos não há previsões para a continuidade das atividades de campo etnográfico e de escavações nos próximos anos. Fortuitas, as idas à Antártida remetem a acasos institucionais, conjunturas políticas e oportunidades cambiantes, e não a programas de pesquisa consolidados. Nesse sentido, nossa publicação vem juntar elementos visando convencer os administradores de programas antárticos e cientistas a dividirem e aumentarem o montante de recursos disponíveis para as pesquisas das ciências sociais.

Em nível internacional o *Scientific Committee on Antarctic Research – SCAR*, que estabelece os temas para pesquisas na/da Antártida, vale-se do *Social Science Action Group* e do *History Action Group*. Nesses espaços a produção intelectual volta-se com maior peso para a história, ciências políticas, legislação internacional, gerenciamento ambiental, comunicações, psicologia polar, turismo, literatura, economia e geografia humana. A antropologia e a arqueologia não têm, ainda, representantes no grupo; quadro que passa por transformações, dado o deliberado interesse do SCAR nas ciências sociais nos últimos anos, especificamente na produção latino-americana. Sendo assim, é também oportuno o momento político internacional para nossa publicação, na medida que pode estabelecer um panorama amplo dos trabalhos que vêm sendo realizados por mais de uma década, bem como abrir espaços no interior do órgão. Para nós, cientistas sociais latino americanos que pesquisam a Antártida, é bastante clara a mudança que poderia ocorrer no acesso à região, na produtividade acadêmica e na competitividade das ciências sociais, caso o SCAR estabelecesse recursos, temas e grupos de pesquisas voltados par a

-me aos cientistas, militares, alpinistas e trabalhadores civis do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

antropologia e arqueologia polar.

Visando dialogar com esses diversos interlocutores organizei o texto em três seções. Na primeira seção apresento uma síntese da história de constituição do ATS. Este é um passo fundamental para a compreensão dos valores morais que caracterizam a arena política e a economia de vocabulários utilizados na colonização científica contemporânea da Antártida. A história do ATS é a história de como as coletividades vinculadas à pesquisa científica e ao gerenciamento da Antártida responderam às políticas pós-imperiais de expansão do Sistema Mundial, seja reproduzindo seus modelos ideológicos, seja modificando-os. Esse jogo histórico de “repetição e diferenciação” conduziu à constituição de um sistema político e sociológico transnacional, marcado, ou melhor, impulsionado, pela exceção. Intento, portanto, descrever a história do ATS, relacionando alguns elementos que exemplificam sua excepcionalidade como sistema político e social transcendente, e, portanto, condicionante das práticas na Antártida.

As variações dos sentidos de paz e cooperação técnica ao longo da história culminaram em formulações sobre o papel da Antártida e de sua excepcionalidade para a regulação dos sistemas climáticos da Terra. A colonização científica contemporânea da Antártida caracteriza-se pelo cosmopolitismo no sentido mais estrito do termo em que se veiculam valores afetos a toda a humanidade por que, afetos à toda natureza. Entretanto, cientistas e operadores logísticos na Antártida relacionados nas redes transnacionais tornaram-se conscientes de suas diferenças de posição e poderes. Este fato conduziu-me a algumas interrogativas antropológicas sobre o cosmopolitismo, que exponho ao final da primeira seção.

Ao longo da pesquisa pareceu-me que a mera consideração da excepcionalidade transcendente – isto é, social e política – da Antártida não era suficiente para o melhor entendimento da colonização científica. Com o desenrolar do campo etnográfico ficou evidente que a motivação dos pesquisadores, ou apoiadores logísticos era menos definida pelos princípios de cooperação e paz, do que pela própria dúvida sobre o funcionamento imanente da natureza austral. Embora condicionasse a prática e enquadrasse os projetos de pesquisa, impondo regulamentações e identidades, os valores do ATS pareciam distantes das atividades propriamente ditas. Quando me dei conta disso, percebi que a pergunta mais óbvia a ser feita era: “o que faz um cientista na Antártida?” “Ciência”, claro! “Mas como tornar essa interrogativa interessante para a antropologia?” Dito de outra forma, essa questão repetia a pergunta que os nativos fizeram para mim dezenas de vezes: “*o que faz um antropólogo na Antártida?*” Assim, elucubrando sobre a insuficiência de uma abordagem das condições sociais e políticas transcendentais à excepcionalidade da Antártida, tomei-me de assalto, fazendo para mim mesmo a pergunta dos cientistas dirigidas a mim. Na segunda seção discuto a natureza da dúvida: “*o que faz um antropólogo na Antártida?*” Ao interceptar a interrogativa

“nativa” apresento os alicerces da dúvida antropológica: por que cientistas pesquisam a Antártida? A resposta parece estar ligada às excepcionalidades incorporadas pelo funcionamento imanente da natureza austral, em contrapartida aos condicionamentos transcendentais nutridos no bojo do ATS.

A terceira e última seção debate a natureza da excepcionalidade atribuída e performatizada pela/na Antártida. Como a excepcionalidade da Antártida foi constituída historicamente? Ao apresentar a história do I International Polar Year – I IPY, demonstro o momento de fusão entre o funcionamento imanente da natureza austral e os valores transcendentais de cooperação técnica e paz. Fusão que, como sabemos, marcou permanentemente os significados da presença humana na Antártida. Valendo-me da história do I IPY reconsidero a natureza do cosmopolitismo, invertendo o quadro da primeira seção. Demonstrarei que o cosmopolitismo emana de condições iminentes ao funcionamento da natureza e não exclusivamente das estruturas sociais e políticas transcendentais às práticas. A multiplicação de identidades cosmopolíticas transcendentais é sinônima da multiplicação de mundos iminentes.

A EXCEPCIONALIDADE DA PRESENÇA HUMANA NA ANTÁRTIDA: PAZ, COOPERAÇÃO TÉCNICA, ENCLAVE E COSMOPOLÍTICAS

A motivação de biólogos e paleoclimatólogos – dois dos grupos com quem realizei campo etnográfico na Antártida⁴ – para pesquisarem a/na Antártida consiste na possibilidade de compreender os traços excepcionais iminentes à natureza austral. Para fazê-lo eles precisam inserir-se em redes de cooperação entre cientistas. Estas estão condicionadas pelos valores de cooperação transnacional cosmopolitas, consolidados no *Antarctic Treaty System - ATS*. O ATS é um sistema político, social e cultural transcendente também excepcional, isto é, um artefato construído historicamente e condicionante das atividades humanas na Antártida. Ele é excepcional porque se distingue das demais arenas políticas internacionais conectadas ao Sistema Mundial. Desse modo, para sabermos por que – e como – os cientistas vão à Antártida, é preciso compreendermos que elementos transcendentais condicionam a pesquisa polar. Trata-se de delinear a mútua dependência entre os fatores iminentes e transcendentais que caracterizam a Antártida como lugar excepcional. O traço mais marcante nesse aspecto são os princípios de paz e cooperação técnica, por meio dos quais a Antártida se tornou

4 Além de paleoclimatólogos, com quem acampeei por onze dias na Geleira Wanda (Enseada Martel, Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Shetland do Sul), e biólogos com quem realizei experimentos por pouco mais de dois meses na Estação Antártica Comandante Ferraz (Península Keller, Baía do Almirantado, Ilha Rei George, Shetland do Sul); trabalhei também com arqueólogos, com quem acampeei por dezoito dias na Península Byers (Ilha Livingston, Shetland do Sul), e com oceanógrafos, com quem naveguei por onze dias no Estreito de Bransfield e no Estreito de Gerlache (Península Antártica). Dadas as limitações de espaço e conveniência, optei neste texto por apresentar apenas dois dos quatro casos etnografados.

um lugar que repele a territorialidade nacional, em favor da liberdade científica.

Desde a consolidação do ATS o desejo e a legitimidade para estabelecer assentamentos humanos na Antártida estão voltados, por um lado, ao gerenciamento da paz pelos estados-nacionais com interesses na Antártida, e, por outro, ao gerenciamento da cooperação científica, via redes transnacionais. Assim, a competitividade territorial entre países que reclamam soberania na região austral, converteu-se em competitividade entre ciências polares nacionalizadas – tema que aprofundaremos na última seção deste texto. Competição disputada em redes cooperativas que necessariamente passa pelos programas antárticos nacionais. Articuladas, essas duas esferas foram responsáveis por constituir a excepcionalidade transcendente da Antártida até os dias atuais, em que a curiosidade científica deve recorrer ao apelo para o avanço científico nacional em arenas transnacionais.

Entre paleoclimatólogos e biólogos esse apelo é claro. No evento I Fórum Amazônia Azul e Antártida, realizado na cidade de Rio Grande, em 2009, ambos os chefes dos projetos apresentaram suas pesquisas para uma platéia de estudantes, pesquisadores e gerentes estatais, visando demonstrar de que modo contribuía para o posicionamento científico brasileiro nas “ciências polares”. Na oportunidade, eles explanaram sobre os resultados das pesquisas realizadas ao longo do IV *International Polar Year - IPY*, realizado entre 2007 e 2008 – com algumas extensões para 2009. A importância cosmopolita da Antártida para a regulação dos sistemas naturais do planeta era um apelo marcante das pesquisas. Entretanto, eles estavam entremeados com outras razões políticas bem estabelecidas. Por exemplo, a posição brasileira de membro consultivo do ATS e do *Scientific Committee on Antarctic Research - SCAR*, ou mesmo o assento brasileiro no painel de mudanças climáticas da ONU. Responder à questão “por que cientistas vão à Antártida?” remete à necessidade de delinear os contextos políticos, sociais e culturais, isto é transcendentais, inerentes a qualquer resposta possível. Adianto. Vão à Antártida para produzir pesquisas, dados e artigos que participam na construção da excepcionalidade da Antártida. Uma vez que a excepcionalidade é o valor da Antártida a ser englobado pelo Sistema Mundial em expansão, a definição sobre o que seja tal excepcionalidade é uma definição de poder. Poder, nesse caso, define que o lugar deve manter-se apartado da guerra e dos nacionalismos territorialistas.

Nesta seção perfaço uma revisão bibliográfica da história do ATS que culminou nas identidades transcendentais que dela emanam, quais sejam, o cosmopolitismo e os princípios de paz e cooperação técnica. Pretendo caracterizar a excepcionalidade dessas identidades debatendo os modos de gerenciamento da colonização científica estabelecidos no bojo do *Antarctic Treaty System-ATS*. As diretrizes do ATS espelham o desempenho da cooperação e da paz na economia de significados das arenas políticas inter(trans)nacionais que funcionam, por sua vez, através dos

estados nacionais. Trata-se de um mecanismo pós-imperial de controle à distância que imprime marcas na região gerenciada e que caracteriza a Antártida como verdadeiro enclave. Gerenciador desse que é um dos mais peculiares enclaves do Sistema Mundial, o ATS coloca em relação organismos internacionais, estados-nacionais, cientistas e operadores logísticos, fazendo eclodir um cosmopolitismo pungente e não menos singular. Cosmopolitismo resultante da habilidade das pessoas e instituições na Antártida em manejar diversos registros da diferença e da exceção.

São muitos os temas e para apresentá-los apropriadamente é preciso voltar no tempo visando compreender como a excepcionalidade transcendente da Antártida foi construída. Refiro-me aos modos como a idéia de paz e cooperação permearam-se mutuamente ao longo da história, culminando no ATS. Nesse primeiro momento demonstro que as interações sociais na Antártida reproduziam os modos de pensar a colonização e o imperialismo no bojo do Sistema Mundial. No entanto, indico também que esses modos variaram – tornando-se exceções. Em seguida apresento as características que julgo marcantes no enclave antártico, quando estado-nacionais funcionam como intermediários entre as práticas científicas e os valores cosmopolitas transnacionais atrelados à presença humana na região austral. Por fim, debato possibilidades antropológicas para pensarmos o cosmopolitismo expresso pela competição entre ciências polares nacionais.

O marco da excepcionalidade da presença humana na Antártida remete à impossibilidade de ocupação territorial pelos primeiros exploradores. Uma nova terra descoberta, mas que teria como marca a ocupação humana transitória – não sedentária – baseada na exploração massiva de recursos da fauna. A região era importante economicamente, principalmente para o Reino Unido e Noruega que se valiam da pesca foqueira e baleeira⁵. A especulação quanto a potenciais recursos antárticos passíveis de exploração e o deslumbramento sublime experimentados pelos exploradores – e comunicados aos poderes imperiais – estimularam reclamos territoriais pelo império britânico no início do século XX. Em 1908 a coroa britânica emitiu documentos que informavam a posse de ilhas do atlântico sul, baseando-se na conquista das Malvinas/Falklands em 1833. A partir de então a Grã-Bretanha estabeleceu taxações sobre companhias de pesca estrangeiras nas ilhas austrais (Pereira, 2009: 42-43. Cf. Klotz, 1990 e Villa, 2004). Estas se localizavam abaixo de uma linha imaginária criada pelos bretões em 1914, onde o limite norte tocava a América do Sul, África e Austrália (Dodds, 1997:10. Cf. Glassner, 1993:98). Estava iniciado o imperialismo formal sobre a Antártida.

Interessante notar que os modos de caracterizar o direito imperial sobre a

5 Após as primeiras explorações e a franca exploração de recursos da fauna antártica, outros países despertaram interesse econômico na Antártida. Caso, por exemplo, dos EUA, que marcou presença na exploração foqueira e baleeira nas Shetland do Sul (Cf. Zarankin & Senatore, 2007 e Pyne, 1986)

Antártida reproduziam as teorias coloniais vigentes. Ainda em 1908 o artifício britânico era a descoberta pela exploração, utilizado também por todos os demais países que posteriormente reivindicaram territórios antárticos (Austrália, Argentina, Chile, França, Grã-Bretanha, Noruega e Nova Zelândia). Em que pese o fato da mera reprodução das ideologias imperiais e coloniais aplicadas a todos os territórios “descobertos”, não tardou para que as especulações sobre o interior do continente e as condições antárticas exigissem elaborações políticas peculiares. A polaridade do globo, pensada em termos estritamente políticos subsidiou a excepcionalidade da região austral⁶. Baseados na estratégia territorialista canadense de 1907 que definia e anexava fatias do Ártico a partir de critérios astronômicos, os britânicos estenderam a colonização das ilhas austrais ao pólo sul em 1917 (Pereira, *Ibidem*. Cf. Silva 1987). Visando assegurar a atividade pesqueira e responder à expansão imperial britânica, a Noruega declarou soberania territorial sobre as Ilhas Peter em 1929. Dez anos mais tarde reclamou o território da *Queen Maud Land* em resposta às especulações de que a Alemanha nazista tinha interesses na região. A França também se incomodava com as taxações pesqueiras impostas pela Inglaterra e, como a Noruega, baseando-se na expedição de D’Urville, de 1840, reivindicou sua fatia do bolo (Pereira, *Ibidem*).

A Teoria dos Setores, como ficou conhecida a demarcação promovida pela coroa inglesa, distinguia-se da ideologia imperial/colonial de inspiração neo-lamarckista desenvolvida em meados do século XX em que o estado era pensado como território para a satisfação das necessidades biológicas. Nesse aspecto, a Antártida era vista como um teste à capacidade humana – i.e. imperial – de se adequar aos preceitos vigentes, e a Teoria dos Setores, uma exceção (Dodds, 1997: 31. Cf. Taylor, 1920 e Hayes, 1928). Outra excepcionalidade interessante do processo de colonização da Antártida é que os setores da Austrália e Nova Zelândia resultaram do processo de independências destes em relação à Grã-Bretanha. Baseados na expedição de James Ross de 1841 os ingleses demarcaram setores em 1923. Estes deveriam ficar sob administração das duas colônias inglesas. Com a independência, os novos países herdaram os territórios austrais. Colonizações que resultam, portanto, da independência.

A distinção do processo colonial da Antártida estende-se à América do Sul. Países não-imperialistas como Argentina e Chile utilizaram-se, dentre outros, de discursos compartilhados com países imperiais, reclamando territórios antárticos, em 1940. À reboque dos países do hemisfério norte ambos os países sul-americanos valeram-se da Teoria dos Setores. Embora a aplicassem em suas estratégias geopolíticas, a legitimação das fatias sobrepostas desses dois países baseava-se menos nas expedições nacionais e mais na proximidade geográfica, na

6 Veremos na terceira seção deste texto que a polaridade não é um mero atributo transcendente – i.e. social e político – da Antártida, sendo, em verdade, uma constituição imanente da natureza

contigüidade geológica da Antártida e na necessidade de segurança nacional de seus oceanos. A Argentina argumentava ainda que a legitimidade territorial devia-se à ocupação efetiva das Orcadas do Sul desde 1904. O Chile, por seu turno, afirmava que a legitimidade da posse do território antártico remetia à herança colonial da bula papal de Alexandre VI, que dividia o mundo entre Portugal e Espanha (Pereira, *Ibid*: 44). A Grã-Bretanha também reclamou territórios na mesma área que a Argentina, decorrência da presença nas Malvinas/Falklands.

Ao longo desse processo de territorialização de mais de trinta anos, os sete países demandantes cambiaram entre rivalidades e reconhecimento mútuo. Os países do hemisfério norte acordaram e reconheceram entre si os reclamos territoriais. Apesar disso, partes dos territórios reclamados pela Grã-Bretanha estavam sobrepostos aos territórios argentinos ou chilenos, que, entretanto, também se sobrepunham. Desse modo, ao final da Segunda Guerra a colonização da Antártida conjugava posições entre países do norte e do sul, enquanto a Guerra Fria iminente dividiria o mundo entre leste e oeste – outra configuração da excepcionalidade do cenário antártico. A posição americana, publicada em 1924 e reforçada em 1946, era de não demandar territórios, não reconhecer a soberania de nenhum dos sete países territorialistas e assegurar-se o direito de atuar em toda a Antártida – e não apenas em um único setor. A URSS, apesar de apoiar-se nas expedições de Bellinghausen, também não demandou territórios e, em 1950, informou aos EUA que qualquer decisão sobre essa que se tornou a “questão antártica”, deveria ocorrer em arenas internacionais, visando a satisfação dos interesses de todos os países (Pereira, *Ibidem*. Cf. Ferreira, 2005).

Tendo em vista a emergência das novas hegemonias imperiais pós-Segunda Guerra, e os processos pós-coloniais em diversas ex-colônias, a ocupação territorial formal contrariava a ideologia política nascente (Cf. Nugent, 2008). O imperialismo perdia força, em favor do período pós-imperial, onde a administração à distância de territórios “independentes” era a tônica (Cf. Ribeiro, 2001). Além disso, os reclamos territoriais preveniriam a Antártida de se constituir como mais um condomínio estadunidense, já que cinco dos sete demandantes eram aliados do Primeiro Mundo, compondo o bloco liderado pelos EUA. Pesava também o conflito por terrenos antárticos entre Chile e Argentina e entre esta e a Grã-Bretanha (Dodds, 1997: 15. Cf. Grolin, 1987: 40-42).

A Guerra Fria é o momento crucial para a conformação da excepcionalidade transcendente atual na Antártida. Nesse período estabeleceram-se as bases do ATS, onde a excepcionalidade imanente da natureza – descrita nas seções posteriores deste artigo – deveria necessariamente relacionar-se com os princípios de paz e cooperação técnica. Modela-se a partir da Guerra Fria não somente um instrumento político, mas a própria identidade da Antártida e da curiosidade científica. Desde então, gerenciar a Antártida era gerenciar a economia vocabular da paz

e da cooperação, visando a pesquisa científica polar. As posturas estadunidenses e soviéticas espelham a ideologia da guerra especulativa, onde o que estava em jogo era a influência imperial sobre, e o destino de totalidades territoriais, e não de frações coloniais. Embora a Antártida fosse encarada como uma dessas totalidades, reproduzindo o pensamento político da Guerra Fria, a solução que se estabeleceria para a região austral seria a paz e a cooperação, não a guerra e as rivalidades entre nações. Obviamente as rivalidades e negociações não foram completamente extintas, mas a ciência e a cooperação funcionaram na Antártida como escudos da possibilidade de guerra nuclear. Mais uma excepcionalidade da Antártida no contexto político internacional. Mergulhemos no contexto da Guerra Fria para compreendermos porque a paz e a cooperação consolidaram-se como fundamentos da presença humana na Antártida.

Em meados dos anos 50 o temor recíproco entre os dois blocos hegemônicos era a tônica das relações internacionais. Especulações de toda ordem surgiam, mobilizando não somente o imaginário sobre a Antártida, mas também atividades militares dissuasivas na região. Os países aliados temiam o avanço soviético e acreditavam que somente os EUA poderiam evitar a dominação comunista (Cox, 1990: 30). Os conflitos de 1952 entre Argentina e Grã-Bretanha na Baía Esperança, Península Antártida, preocupavam os estadunidenses. Eles acreditavam que, diante do conflito entre aliados, a Rússia poderia reclamar territórios na região austral, baseando-se em suas expedições do século XIX (Dodds, 1997: 35). A sociedade estadunidense acreditava que uma base militar soviética na Antártida poderia instalar mísseis que alcançassem seu território nacional, como indicava, por exemplo, um artigo de revista intitulado *Red threat from Antarctica* (Ibidem). A Antártida tornava-se, assim, lugar estratégico para a guerra iminente, alimentando temores, principalmente entre países do hemisfério sul.

Interessante notar que ao mesmo tempo em que as especulações bélicas esquentavam a Guerra Fria, atividades científicas cooperativas eram realizadas. Em 1932-1932 realizara-se o II IPY e desde então diversos países mantinham suas redes de cooperação científica (Bulkeley, 2010). Se por um lado nos períodos subsequentes as nações fizeram guerras quentes e frias, a relação entre a excepcionalidade imanente ao funcionamento dos pólos e o universalismo científico continuava mobilizando o princípio cooperativo, forjado, como veremos, no século XIX. Cooperação científica e paz entre nações amarram-se como condições da expansão do Sistema Mundial na Antártida da Guerra Fria, quando os estadunidenses lideraram e financiaram uma série de reuniões entre doze países, que culminariam, em 1958, no Ano Geofísico Internacional-IGY – uma nova nomenclatura para o III IPY. A liderança dos EUA visava ao mesmo tempo remover tensões e contendas entre os sete países territorialistas, posicionar politicamente o bloco aliado de modo a resguardar a Antártida das especulações bélicas e,

ainda, amarrar a URSS aos interesses pacíficos atribuídos à região austral. Sobre esse último aspecto vale ressaltar que ao longo da Guerra Fria a importância da ciência era crescente e temerária, dado o sigilo do desenvolvimento tecnológico nos blocos hegemônicos e os usos que se poderia fazer delas⁷.

O maior gargalo político das negociações preparativas do IGY era a soberania dos territórios antárticos demandados pelos sete países aliados. No encontro do *Comité Spécial de l'Année Geophysique Internationale*, ocorrido em 1955 em Paris, Argentina e Chile queriam garantias de que a liberdade de pesquisa científica proposta não confrontava com a soberania nacional. A Austrália, por seu turno, se preocupava com a implantação de estações científicas russas em seu território austral. Se por um lado o IGY ainda não repelia a concepção de estado-nacional na Antártida – como ocorrerá quando do estabelecimento do ATS –, por outro, selava a presença humana naquela região com o signo da paz. O apelo cosmopolita em favor da paz, nutrido entre estados-nacionais melindrados, encontrava nas redes de cooperação científica transnacionais a única possibilidade de franco florescimento. Além disso, o IGY funcionaria como “experimento” sociopolítico para os países reclamantes, onde a dependência dos recursos e proteção estadunidense tornava inevitável a aceitação de pesquisas na Antártida por parte de outros países, mesmo em face da soberania territorial. Por isso, ao longo do IGY diversas estações de pesquisa independentes seriam instaladas, independentemente dos reclamos nacionais. O “experimento” político foi bem sucedido, na medida em que os doze países com atividades no IGY acordaram que a pesquisa científica não confrontava com as soberanias nacionais (Dodds, *Ibidem*).

Ao longo do IGY os EUA estavam preocupados com as intenções soviéticas ao final das atividades científicas. Uma série de conversas promovidas pelos estadunidenses após o IGY não tinham o objetivo de novas e futuras cooperações internacionais, mas sim de garantir que a URSS se mantivesse amarrada às redes transnacionais de intercâmbio científico. Obviamente a URSS também tinha receios quanto ao que seria da Antártida e ao que os EUA fariam após o IGY. Esse medo coletivo a respeito da Antártica fez com que 11 países⁸ atendessem ao chamado estadunidense para uma conferência sobre o futuro gerenciamento da Antártida.

O encontro ocorreu em Washington entre outubro e dezembro de 59. Na reunião definiu-se que a desmilitarização deveria ocorrer em toda área abaixo do paralelo 60°. As resoluções da reunião de Washington retiraram a Antártida

7 A Antártida aparece nesse contexto como um lugar a ser resguardado da Guerra Fria onde se deveria nutrir o intercâmbio tecnológico e a negociação pacífica. Nesse sentido a corrida espacial equiparava-se à pesquisa antártica.

8 Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Grã-Bretanha, Japão, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul e URSS.

das especulações bélicas, caracterizando-a como região excepcional do mundo. Uma região onde a paz e a cooperação deveriam dirigir a presença e as relações humanas. Ficou definido na reunião que os países participantes formulariam um eventual acordo internacional. Alegava-se que estes eram os países que desenvolviam atividades efetivamente na Antártida e, por isso, deveriam ter o direito de livre acesso. Essa resolução gerou reações nos países que tinham interesse na Antártida, mas não participaram efetivamente do IGY, caso de Índia e Brasil. Um documento do Ministério das Relações Exteriores brasileiro enviado aos EUA é claro a esse respeito:

“O Govêrno brasileiro é de opinião que a Conferência sugerida pelo Govêrno norte-americano deveria reunir não só os países que ora desenvolvem atividades científicas na Antártida, mas também aquêles que nela têm interêsses políticos, econômicos ou estratégicos. O critério adotado pelo Govêrno norte-americano para a seleção de países que tomarão parte naquela conferência, ou seja, o da participação no Programa do Ano Geofísico Internacional, seria procedente se o objetivo visado fosse tão somente o prosseguimento da cooperação científica internacional após o término do Ano Geofísico Internacional. Todavia, já que se tem em mira, igualmente, a celebração de um acôrdo internacional que assegura a exclusiva utilização da Antártida para fins pacíficos, deixa aquêle critério de ser aceitável, uma vez que, por razões geopolíticas, a proscrição da Antártida para fins bélicos interessa à segurança nacional de outros países que não figuram entre os convidados para a projetada conferência.

O Govêrno brasileiro julga, por outro lado, que o fato de uma Nação não ter enviado expedições científicas à Antártida, dentro do Programa do Ano Geofísico Internacional, não deve ser interpretado como prova de desinteresse por aquela região. O Brasil, em virtude de possuir a mais extensa costa marítima do Atlântico Sul, costa esta, em sua maior parte, devassada pelo Continente Austral, tem, por motivos de segurança nacional, interesses diretos e substanciais naquela região e, por conseguinte, reclama o direito de opinar sobre a Antártida, não se sentindo obrigado por nenhuma deliberação que sobre ela venha a ser tomada sem que a opinião brasileira seja ouvida (...)

Movido pelo receio de que a presença da União Soviética na Antártida acarrete a extensão da ‘guerra fria’ às terras austrais, e alertado pelo aparecimento recente, em águas territoriais sul-americanas, de submarinos não identificados, o Govêrno brasileiro aproveita o ensejo para declarar que, na hipótese de não chegar a um acôrdo internacional inspirado nas ponderações acima (...) o Brasil, ante o imperativo de proteger sua segurança nacional, reservar-se-á o direito de livre acesso à Antártida (...)” (Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 1958)

O sucesso do IGY amadureceu entre os sete países reclamantes a possibilidade de debater um mecanismo legal internacional de gerenciamento da Antártida, o

que ficou claro na reunião de Washington. O princípio de paz era assunto para os estados-nacionais e dependia das habilidades negociais entre eles, de modo a estabelecer um instrumento que conjugava a soberania dos demandantes e a presença antártica dos não-demandantes. Além disso, era necessário o convencimento das potências hegemônicas pelos seus aliados em banir as armas nucleares, instituindo a pesquisa exclusivamente para fins pacíficos. Isso só seria possível, como ensaiado no IGY, por meio da cooperação científica. A cooperação, por seu turno, era um assunto para a comunidade científica que àquela altura conformava redes transnacionais onde os estados eram pontos de passagem obrigatórios, pois era a partir deles que se adquiriam recursos e suporte logístico para a realização das pesquisas.

Resultou do Ano Geofísico Internacional, ainda em 1957 e ao longo de 1958, a criação do *Scientific Committee on Antarctic Research* – SCAR, órgão transnacional que organiza os mecanismos de cooperação técnica entre cientistas regulando indiretamente a presença humana na Antártida, na medida em que estabelece os temas considerados relevantes para pesquisa internacional. Desde então o significado e os temas da ciência austral era exclusividade de uma rede transnacional de cientistas, uma rede que incorporava a cooperação, sendo responsável pela gestão desse valor cosmopolita. Mesmo em face das questões afetas a países que não participaram do IGY, o ATS foi acordado em 1959. O papel de países periféricos como Argentina e Austrália foi absolutamente fundamental. Nas negociações do Tratado esses países convenceram os EUA e a Grã-Bretanha a não realizarem testes militares nos “quintais” marítimos dos países do hemisfério sul (Dodds, 08. Cf. Scilingo, 1973). O Tratado ficou conhecido como uma grande proeza, pois estabeleceu a desmilitarização de todo um continente no auge da Guerra Fria.

Este documento político situa a Antártida como algo a ser gerenciado em favor do interesse da humanidade, sob o signo da paz, sendo afastadas quaisquer discórdias. Para muitos estudiosos da época o Tratado banuiu o imperialismo formal da Antártida (Cf. Chatuverdi, 1990). O então constituído ATS congelava as demandas territoriais prévias e afastava quaisquer considerações de que a Antártida era parte de um ou mais estados-nacionais. Desde então a região austral era vista como um laboratório científico transnacional e não como extensões de soberanias de quaisquer unidades nacionais. Em verdade, quaisquer demandas territoriais “egoístas” eram opostas à “solidária” liberdade científica, onde cooperação = redes transnacionais de cientistas; paz = redes internacionais de estados-nacionais; territorialismos ≠ paz e cooperação.

A sagacidade do Tratado consistia em apenas congelar e não banir as demandas territoriais prévias. Tratava-se, portanto de um instrumento de administração de territórios à distância; territórios não-nacionais. Administração esta que situou a Antártida como compósito de múltiplas temporalidades e espacialidades

administradas pelo ATS e SCAR, via programas antárticos nacionais. Refiro-me às agendas de pesquisa transnacional definidas pelo SCAR, à organização do IV IPY, ao financiamento da ciência, às definições de áreas de proteção ambiental, dentre outros. Desse modo, reproduzia-se na Antártida a nova lógica da organização capitalista, conhecida como a “Era dos Enclaves” (Little, 2001: 75-76 e Resende de Assis, 2007: 80-82. Cf. Soto 2011). A “Era dos Enclaves” responde à mudança do capitalismo, quando passou do capital fixo – fordismo – ao flexível, modificando completamente sua estrutura de expansão na qual a idéia de compressão do espaço pelo tempo de circulação ganha sentido (Cf. Harvey, 1989). As representações do tempo e espaço tiveram que dar conta da aceleração do tempo de produção e circulação do capital, que implicava a quebra da verticalização das relações de produção. Para que a descentralização produtiva ocorresse era necessário acelerar a produção/captação/circulação de informações, fundamentalmente aquelas das quais dependiam a construção de novos pólos do capital flexível. Como consequência da aceleração do capital, efeitos de volatilidade – descentralização – e aniquilação do espaço pelo tempo se fazem sentir ambigualmente. Cria-se a sensação de que a peculiaridade local importa mais do que nunca, justamente porque há a necessidade de controle da diversidade do espaço. A partir dessa perspectiva, que acentua a centralização de poder – via descentralização produtiva –, os capitalistas aproveitam de vantagens locais. Na medida em que diminuem as barreiras espaciais, eles convertem a variabilidade local em exploração vantajosa.

No contexto antártico a “variabilidade local” é a própria excepcionalidade da natureza austral e, uma vez que cabe à ciência “extrair” as vantagens dessa excepcionalidade, via cooperação técnica, o SCAR despontava como gerente do enclave. Uma instituição transnacional de cientistas que regula o *timing* de circulação de dados, que estratifica a Antártida em termos das disciplinas e temas de pesquisa, enfim, que centraliza e conjuga as redes descentralizadas de cooperação científicas preexistentes e porvir. Por outro lado, cabia aos estados-nacionais implementar as diretrizes do ATS. Para tanto, era necessário fomentar o transnacionalismo científico, mobilizando a ciência nacional. Criação de departamentos específicos para Antártida no bojo de entidades da administração pública nacionais preexistentes, aquisição de navios, aviões, materiais para acampamentos científicos, estabelecimento de estações científicas, alocação de funcionários públicos para o gerenciamento dos programas antárticos nacionais, reserva de recursos para bolsas de pesquisas, viabilização de intercâmbio acadêmico entre universidades nacionais a pesquisadores de outros países, e outras tantas ações foram levadas à cabo pelos estados signatários⁹. Desse

9 Não podemos ser ingênuos a respeito da “pureza” de valores cooperativos vinculados às práticas científicas na Antártida. Muitas estações de pesquisa têm valor estratégico na Antártida (Dodds, 1997: 41). Em campo pude perceber essa dupla função de refúgios instalados, nesse caso, na Península Keller, Ilha Rei George, onde se situa a Estação Antártica Comandante Ferraz e outro refúgios (Refúgio 1,

modo, o SCAR e o ATS constituíram-se como instituições responsáveis pelos vocabulários de cooperação e paz, a serem cultivados na Antártida.

Embora reproduzam a “Era dos Enclaves”, o ATS e o SCAR são gerentes peculiares, diferentes dos capitalistas – i.e. performatizam os princípios do enclave sob o signo da exceção. Trata-se de cientistas inseridos em redes transnacionais de cooperação, por um lado, e representantes estatais preocupados com a guerra, i.e. com a paz, por outro. Nos anos 1970 e 1980 esse traço excepcional do enclave antártico sofreu forte pressão para que se enquadrasse ao modelo ordinário, reinserindo interesses capitalistas, mediados pelos estados-nacionais. A eminente crise do petróleo de 1973-1974, as discussões sobre a nova ordem econômica internacional, os acirrados debates sobre as relações norte-sul – expressas, por exemplo, na Conferência sobre o Meio Ambiente de Estocolmo 1972 – e os receios neomalthusianos, estimulavam o interesse pela exploração de recursos antárticos (Dodds, 199: 41-43).

No bojo do ATS o debate sobre recursos foi puxado pela Grã-Bretanha em uma reunião realizada em Tóquio em 1970. Acordou-se que nas próximas reuniões se discutiria a exploração de recursos da Antártida sob o título de “*effects of mineral exploitation*”. A discussão não ocorreu em 1972 e só em 1975, em Oslo, o tema foi tratado. No entanto, na reunião de 1972 foram negociados mecanismos regulatórios para focas antárticas (*Conservation of Antarctic Seals*), conduzindo à decisão de que qualquer debate sobre recursos deveria se pautar pela divisão entre exploração de recursos vivos e não-vivos. A questão receberia uma moratória, de modo que primeiro se discutiria os recursos vivos e depois a exploração mineral. Além disso, a demora em debater exploração mineral remeteu a assertivas de que as tecnologias estavam desigualmente distribuídas entre países signatários (como Argentina e Austrália), não havendo condições de debater técnica e politicamente a questão com países como EUA e Japão (Dodds, *Ibidem*).

A reinscrição de interesses capitalistas na Antártida ao longo dos anos 1970 fragilizou o ATS. No calor dos debates sobre exploração de recursos minerais surgiu certa pressão para modificar a identidade transcendente da presença humana na região austral. O Sri Lanka, por exemplo, propôs, em 1975, que a Antártida fosse considerada patrimônio comum da humanidade (*Idem*), o que implicava reconsiderar a transnacionalidade do gerenciamento do enclave, em favor do internacionalismo. A consequência disso seria o empoderamento da ONU no cenário antártico. Como se sabe a ONU é uma arena internacional onde os estados-nacionais relacionados são a base da organização. Ora, uma das

Refúgio da Química, Refúgio Ipanema, Refúgio Punta Plaza e Refúgio 2). Embora o Refúgio 2 tenha função científica e abrigue pesquisadores que acampam na Enseada Mackellar, ela também funcionou para a exclusividade brasileira na Península. Ocorre que em meados dos anos 80/90 o Instituto Antártico Peruano projetava sua estação na mesma Ilha. Cogitava-se a possibilidade de instalação da Estação Machu Picchu na Península Keller, exatamente na área onde o Brasil antecipou-se em construir o Refúgio 2.

principais conquistas incorporadas pelo ATS, organização de base transnacional, era justamente ter congelado a efetividade política dos estados-nacionais, em favor do transnacionalismo. Não foi por outra razão que o próprio ATS deveu como sistema político transnacional excepcional ou paralelo – uma de duas linhas que só tendem a se tocar no infinito – aos demais arranjos internacionais conhecidos. Nesse contexto fazia sentido ao ATS abrir exceções para a admissão de novos membros. Foi assim que, mesmo não tendo desenvolvido atividades na Antártida, o Brasil filiou-se ao ATS em 1975, sob a condição de que prepararia sua primeira expedição polar nos anos subseqüentes. Mesmo assim, os tupiniquins não ocupariam ainda a posição de membro consultivo.

Vale abrir parêntesis para recordarmos que no período em causa o Brasil, assim como o Paraguai, a Bolívia, a Argentina, o Chile e o Uruguai, viviam as ditaduras militares, denominadas pelos “nativos” militares brasileiros na Antártida como *Revolução* – noção que sublinha, sobretudo, a distinção tácita entre militares e civis e que fundamenta o *espírito militar* até o presente (Cf. Castro, 1990 e Leirner, 1997). Forjadas em estreita relação com os interesses do bloco aliado na Guerra Fria, as ditaduras, ou *Revoluções*, alinharam os países latino-americanos à posição estadunidense em favor do ATS nos debates sobre exploração de recursos na região austral. Dessa forma, as infra-estruturas políticas e tecnológicas disponíveis nos países sul-americanos que participavam ou pretendiam participar do ATS estavam sob governança militar¹⁰. Esse é um traço marcante do cone sul na Antártida, já que todos os programas antárticos nacionais sula-americanos têm, até o presente, a participação incisiva do segmento militar, enquanto nos demais países do mundo sua participação é nula ou tímida. Trata-se de uma peculiaridade inerente aos países sul-americanos que marcará todas as relações de pesquisa científica, fazendo com que tanto militares quanto cientistas gerenciem registros de diferença entre eles. De um lado, os militares submetidos ao ATS desmilitarizaram-se; de outro, os cientistas passam a ser *adestrados* – para usar um termo “nativo” – física, lingüística e culturalmente pelos militares para o profícuo aproveitamento do apoio logístico durante as expedições planejadas. Fecha parêntesis.

A resposta do ATS à pressão internacional(ista) foi a proposição da *Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities* – CRAMRA, em 1980. Segundo o ATS o CRAMRA deveria avaliar o balanço entre as necessidades humanas e a capacidade ambiental da Antártida em suportar a exploração de recursos. A presença ambientalista nesse contexto era marcante não somente no ATS – que

10 Embora seja importante ressaltar que a comunidade científica desempenhou papel fundamental para a futura presença brasileira na Antártida. De todo modo, as instituições científicas brasileiras estavam sob forte vigilância e mesmo controle militar. A participação científica brasileira nesse período era mais que permitida pelos militares. Em verdade a prática científica desmilitarizada era a única possibilidade política para o Estado brasileiro de defender seus interesses na região austral e, por isso, era inevitável que a ciência funcionasse como intermediário.

considerava a região austral como o maior terreno preservado do contato com os humanos – mas também em outros cenários transnacionais. Ao estabelecer a pauta do CRAMRA, o ATS atraiu a atenção e, mais importante, a presença do *Greenpeace* para a Antártida. Após acirrados debates oriundos da Lei do Mar de 1975, a reunião do CRAMRA fora marcada para 1982. A questão era delicada. França e Austrália não assinaram o acordo após seis anos de negociação. O papel do *Greenpeace* foi fundamental para dissuadir a mineração e até para mudar a posição das próprias Austrália e França. Expressão do posicionamento político em favor da transnacionalidade do território austral e contra a exploração mineral, a *World Park Base* criada pelo *Greenpeace* aumentou a pressão contra o CRAMRA. À reboque dessa mobilização vieram Nova Zelândia e África do Sul. (Dodds, *Ibid*)

A controvérsia, ou melhor, a incapacidade do ATS em definir a exploração mineral foi vista pela ONU como deficiência político-intelectual. A pressão exercida pelo *Greenpeace*, por seu turno, era lida como força que minava a autonomia do ATS. Assim, a ONU desafiou a hegemonia do ATS ao sugerir um debate, em seus fóruns, sobre o papel da Antártida no cenário internacional. A reação do ATS foi rápida. Os países signatários elaboraram uma medida retaliatória informando que todos os países “*poderiam ter acesso às decisões, desde que, como o Brasil e a Índia haviam feito, apresentassem resultados efetivos da participação internacional em atividades antárticas*” (Martins, 1998: 40). Nesse sentido, a primeira expedição brasileira, realizada no início de 1983, seria fundamental para situar o Brasil na rede cosmopolita antártica. No plano político ela representaria a possibilidade de adquirir a condição de Membro Consultivo do Tratado¹¹, o que ocorreu em setembro de 1983; no plano científico – e não menos político –, a aceitação pelo SCAR; e, por fim, no plano logístico, o estabelecimento gerencial permanente de infra-estrutura, o que culminaria na criação da Estação de Apoio Antártico – ESANTAR¹². A realização de tal expedição exigiu dos militares e cientistas envolvidos, dentre outras coisas, um enorme esforço de planejamento, a participação em expedições de outros estados-nacionais e a cooperação destes no sentido de fornecerem exemplos arquitetônicos, tecnologias, estratégias logísticas, etc (Cf. Martins, *Ibid*). A expedição, realizada à bordo de dois navios – um da Marinha, o NApOc Barão de Teffé e o outro da Universidade de São Paulo – USP, o NOc Prof. Besnard –, permitiu ao grupo expedicionário levantar dados necessários ao estabelecimento da Estação Antártica Comandante Ferraz – EACF, bem como

11 A condição de Membro Consultivo não está automaticamente assegurada aos países que se filiam ao Tratado. Para adquirir direito de voto é preciso demonstrar condições logísticas e científicas de dar continuidade à presença humana na região austral.

12 Desde sua criação, a ESANTAR situa-se no campus da Fundação Universidade do Rio Grande – FURG, na cidade de Rio Grande, RS. Recentemente foi criada também a ESANTAR/Rio, baseada no Rio de Janeiro, uma vez que no mais das vezes os navios brasileiros iniciam suas expedições nesta cidade, exigindo do suporte logístico a organização dos materiais de pesquisa.

selecionar o melhor local para sua instalação, sob apoio do Clube Alpino Paulista - CAP – grupo que auxilia ainda hoje as expedições antárticas brasileiras, principalmente nas pesquisas exercidas em acampamentos. Navios, estações científicas e acampamentos: ainda hoje os sítios onde os humanos habitam na Antártida. Cientistas, militares e alpinistas: ainda hoje os brasileiros na Antártida.

A polêmica entre ONU e ATS sobre exploração de recursos se estenderia por toda a década de 80, até o fim da Guerra Fria, quando a preocupação ambiental assumiu o lugar do armamentismo na pauta política internacional. A queda do Muro alimentou as esperanças de que o mundo não estava em risco nuclear, de modo que a concepção de segurança militar – e de paz – deveria ser redefinida em termo da saúde ambiental global. Esta não reconhece fronteiras nacionais e, portanto, a transnacionalidade do meio ambiente deveria ser respeitada, politizada e normatizada (Dodds, 1997: 44-45). Resulta daí a ratificação do *Protocol on Environmental Protection to the Antarctic Treaty*, em 1991. O Protocolo de Madri, como ficou conhecido, banuiu qualquer atividade mineradora na Antártida e restabeleceu a autoridade moral e política do ATS. Mais do que nunca estava assegurada a excepcionalidade do enclave antártico: a região austral é transnacional – e não internacional – e deverá ser gerenciada pelos interesses científicos, fecundos dos valores de paz e cooperação.

Os debates cativos do CRAMRA e a ratificação do Protocolo de Madri tornaram o enclave antártico ainda mais excepcional. Em verdade, a própria idéia de enclave variou. Um dos princípios fundamentais do enclave, como vimos, é a imposição das temporalidades e espacialidades das instituições gerenciadoras sobre o território. No bojo do ATS, entretanto, ocorreu uma interação de mão dupla, onde as condições impostas pela própria Antártida eram responsáveis pela caracterização das instituições que as gerenciam. No Brasil, por exemplo, a força do Tratado de Madri, combinada com a fragilidade imanente da natureza austral – digna de preservação/conservação/proteção ambiental – conduziu a um arranjo político que passou a incluir o Ministério do Meio Ambiente – MMA como um dos que administram o Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR¹³. Posteriormente criaram-se os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT da Criosfera e de Pesquisas Ambientais, vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Embora respondam aos arranjos do SCAR e do ATS, a divisão entre os dois INCTs remete à própria relação entre ciência e funcionamento imanente da natureza antártica. As disciplinas do INCT da Criosfera se voltam para a

13 O PROANTAR é gerenciado pelo Comitê Interministerial para Recursos do Mar e Antártida, composto pela Marinha do Brasil – que tem o preceito da liderança e do secretariado, bem como do apoio logístico às pesquisas –, Ministério da Ciência e Tecnologia – que avalia o mérito acadêmico/científico dos projetos concorrentes – e Ministério do Meio Ambiente – responsável pela avaliação ambiental dos projetos visando enquadrá-los no Protocolo de Madri, bem como realizar o gerenciamento ambiental da EACF.

compreensão da excepcionalidade dos sistemas “da terra” – i.e. glaciológicos, geológicos, oceanográficos – enquanto o INCT de Pesquisas Ambientais, procuram desvendar os sistemas vivos – i.e. biológicos – da Antártida. Tratam-se de duas arenas no bojo do gerenciamento do enclave antártico que competem – e cooperam – entre si, visando recursos e vagas nos navios, EACF e acampamentos. Estas, disponibilizadas e avaliadas pela Marinha do Brasil.

A administração do enclave implica ao Brasil responder às demandas impostas pelo ambiente antártico às pesquisas. Se o objetivo é, por exemplo, investigar a reprodução e o acasalamento animal, obviamente somente nos períodos de acasalamento e reprodução as atividades deverão ser apoiadas, implicando a elaboração minuciosa de cada etapa das expedições nacionais. Se há interesse em pesquisar o interior do continente, ou em fazer pesquisas no inverno, o país deve adquirir navios quebra-gelo e instalar estações no Manto de Gelo. O Brasil não adquiriu, até o presente, navios ou estações que satisfaçam tais características e, por isso, tem sua posição como gerenciador do enclave fragilizada. Em face dessa situação grupos do INCT Criosfera organizaram expedições ao Manto de Gelo independentes do apoio logístico da Marinha do Brasil, minando a centralização característica do enclave.

Talvez o maior legado do Protocolo de Madri tenha sido modificar definitivamente o modo como a excepcionalidade da natureza Antártida é pensada política e cientificamente. A partir do Protocolo a região austral passa a ser alvo de uma incisiva preocupação com os ecossistemas antárticos e, ao mesmo tempo, ganha força e legitimidade a importância da região para a regulação dos sistemas climáticos e biológicos. Nesse sentido, a Antártida assume uma identidade cosmopolita transcendente em que o funcionamento imanente de sua natureza singular é capaz de indiciar os rumos da toda a humanidade. No entanto, após o Tratado de Madri essa visão clássica de cosmopolitismo – *uma natureza, uma humanidade* (Robbins, 1998) – dava lugar a outro cosmopolitismo. Um cosmopolitismo consciente da multiplicidade e mútua dependência dos traços heterogêneos e localizados da natureza antártica. Um cosmopolitismo preocupado com o destino da humanidade, mas que reflete sobre a desigualdade de condições entre cientistas que pesquisam a região austral. Não mais uma natureza, não mais um humano: múltiplas naturezas, diversas condições humanas.

Como veremos a seguir, a excepcionalidade da Antártida pelos estudos de magnetismo do século XIX indica que a característica mais significativa do funcionamento imanente da natureza remete ao comportamento magnético nos pólos. A Antártida – e o Ártico – aparecia aí como totalidade singular e mais ou menos homogênea que impunha os traços de excepcionalidade. Com a iminência dos estudos climáticos e biológicos, essa totalidade é fracionada. Cada população ou comunidade de peixes *Notothenia*, pesquisada pelas biólogas com quem realizei

campo etnográfico; ou cada glaciar, como a Geleira Wanda, pesquisada pelos paleoclimatólogos, adquirem *status* de excepcionalidade no interior dos sistemas naturais da Antártida. Os dados das biólogas e paleoclimatólogos forjados nas pesquisas alimentarão modelos explicativos compartilhados que, por sua vez, serão armazenados como conhecimento sobre as excepcionalidades da Geleira e dos peixes. Tais conhecimentos poderão ser utilizados nas políticas do ATS sob o Protocolo de Madri, fomentando, assim, o cosmopolitismo. Embora essa nova configuração da excepcionalidade não modifique a cosmologia científica onde a multiplicidade da natureza deve ser estudada sob princípios universais, ela politiza a ação científica de conhecer. Estudar a Geleira Wanda ou os peixes *Notothenia* implica necessariamente diferenciar esses elementos no bojo dos sistemas naturais a serem conservados e preservados. Cria-se certa consciência da heterogeneidade – e fragilidade – dos elementos naturais da Antártida, convertendo pesquisa científica em ato cosmopolítico.

A consolidação do ATS e seus documentos anexos estimulou o aprimoramento dos programas antárticos nacionais. Como vimos estes programas são articulações entre redes transnacionais – que gerenciam os significados e os protocolos da cooperação técnica – e internacionais – que gerenciam os significados e protocolos da paz. No bojo dos programas antárticos nacionais, cientistas e operadores logísticos são conduzidos à interação com diversos atores trans e internacionais e, nesse sentido, devem operar diversos registros da diferença seja entre programas antárticos ou no interior de um mesmo programa. Entre programas nacionais os cientistas devem compartilhar dados comparáveis, isto é, devem organizar os achados científicos universais em redes transnacionais que mobilizam fluxos de modelos explicativos. No entanto, cada dado é conquistado a partir de particularidades específicas, já que cada programa antártico nacional dispõe tecnologias e possibilidades de acesso diferentes aos objetos de estudo da ciência. Assim, as relações de conhecimento estabelecidas tornam os cientistas conscientes de sua condição desigual em relação a outros cientistas, cativos de outros programas antárticos.

As relações entre cientistas nas redes transnacionais exigem um registro onde os dados devem ser simétricos. Para travar tais relações o exercício dos cientistas diante da diferença de condições exige a habilidade de converter assimetrias em simetrias. É a partir disso que uma ciência polar nacional se torna competitiva e relevante, justificando a presença humana na Antártida. A equação se resume assim: para uma ciência “nacional” ter qualidade suficiente para ocupar os fluxos determinantes da presença humana na Antártida ela precisa fazer afirmações universais sobre os elementos dos sistemas naturais austrais, mas, para tanto, é necessário que o cientista engajado na empreitada conheça – e enfrente – sua

condição desigual em termos logísticos, financeiros e institucionais. Assim, uma contribuição científica nacional – local – de boa qualidade é aquela capaz de se inserir nos modelos universais e transnacionais – globais. Os desempenhos são locais; as competências, globais: um cosmopolitismo atualmente existente que jorra sentimentos não contidos entre nacional e inter(trans)nacional por parte dos cientistas que, por sua vez, não encontram um léxico adequado para predicar sua prática e discurso (Robbins, 1998).

O cosmopolitismo realmente existente emerge na Antártida como traço característico da presença humana nesta região. Sua feição mais marcante é a pressuposição da desigualdade de condições do humano, bem com da multiplicidade da natureza. Este parece ser o caso que antepara a excepcionalidade imanente e transcendente da Antártida. Poderíamos, entretanto, considerar que as desigualdades de condição estimulam a consolidação de políticas antárticas voltadas para pluralizar o acesso e dirimir as assimetrias? Em caso positivo, estaríamos diante do que Ribeiro (2001 e 2005) chama de cosmopolíticas. Uma concepção onde os atores relacionados assumem perspectivas críticas e plurais sobre as possibilidades de articulações supra e transnacionais, sem perder de vista as assimetrias de poder. Que implicações haveria em considerarmos a excepcionalidade da Antártida como cosmopolíticas? Ela varia em relação a outros contextos onde está presente – como nas redes reflexivas sobre a geopolítica do conhecimento, ou nos contextos pós-imperiais e *decoloniais*? Estas são algumas interrogativas que estimulam e mobilizam os desdobramentos de minha pesquisa.

Nas seções que se seguem, procuro outras estratégias para abordar a excepcionalidade da Antártida. Por que cientistas vão à Antártida? Em campo percebi que muitos deles não fazem referência direta à paz e à cooperação técnica, embora esses dois valores políticos sejam estruturantes sociológicas de suas práticas. Embora a excepcionalidade transcendente da Antártida condicione a presença humana naquele continente, julgo necessário abordar as próprias motivações científicas inerentes às pesquisas polares. Uma vez que as cosmopolíticas parecem ser fundamentais para compreender a colonização da Antártida, presto-me ao exercício de encontrar na própria relação de conhecimento entre cientistas e objetos de estudos antárticos, traços que indiciem tal característica identitária.

ANTÁRTIDA POR QUÊ?

Desde quando inculquei que faria pesquisa de campo na Antártida, há aproximadamente três anos, deparo-me com feições curiosas – às vezes espantadas – de colegas, professores e cientistas das mais diferentes disciplinas acadêmicas. “*Mas o que existe na Antártida para um antropólogo pesquisar?*”, perguntam. Rememorando alguns diálogos iniciados por tal interrogativa, percebo que minhas respostas variaram ao longo do tempo, na medida em que eu aprendia com a dúvida

alheia como tornar a minha própria dúvida relevante para a antropologia: por que cientistas das mais variadas disciplinas pesquisam a/na Antártida? A relação entre essas duas curiosidades – a dos cientistas em relação à minha pesquisa e a minha em relação às pesquisas deles –, permitiram-me elaborar algumas questões antropológicas sobre a natureza da colonização científica da Antártida. De que são feitas as questões que me surgiram? Como elas vieram à tona? Por que considero relevantes os porquês?

Nunca me frustrei pelo fato dos diálogos terminarem com mais interrogativas, afinal é a natureza da dúvida que me motiva, e não necessariamente suas possíveis respostas. Por quê? Porque praticar antropologia implica interceptar a curiosidade daqueles que pesquisamos – polemicamente chamados de “nativos”. Ao fazê-lo, criamos condições para compreender sua atividade intelectual imanente¹⁴ e, ao mesmo tempo, aprimoramos a nossa própria atividade intelectual (Viveiros de Castro, 2002: 123). Com isso, deslocamos o interesse antropológico pelos efeitos do conhecimento, em favor dos procedimentos intelectuais (Strathern, 2006:44).

Interessar-me pelo procedimento intelectual que conduziu meus interlocutores a perguntarem por que quero pesquisar a Antártida é, portanto, uma questão de prudência metodológica. A dúvida “nativa” carrega o ponto de vista “nativo” sobre o que seja a dúvida antropológica. Como se sabe, a Antártida é uma região do mundo que nunca contou com populações humanas a serem colonizadas por navegadores e administradores europeus. Trata-se de um lugar “inóspito” como as colônias, mas, diferente delas, vazio: um deserto. Isto é, um lugar sem humanidade exótica a ser gerenciada; uma região sem o objeto clássico da antropologia. Uma vez que nossa disciplina constituiu-se historicamente como função e ferramenta intelectual do colonialismo, é perfeitamente plausível a dúvida “nativa” *“por que um antropólogo pesquisa a Antártida?”*

Se por um lado a idéia de vazio sustenta a dúvida dos cientistas quanto à minha pesquisa, ela também sustenta a minha em relação a eles. É justamente a idéia de vazio, de último lugar a ser conquistado pelo homem, de imensidão, de universo superlativo e de estética natural singular, que formatou os primeiros atrativos a região austral no imaginário colonial. O vazio antártico incorpora a noção do “sublime”: um deslumbramento Vitoriano e pós-Romântico em relação à natureza, que conjuga prazer, temor e horror (Spufford, 1997). À reboque desse deslumbramento sublime vinha a busca por recursos a serem apropriados pelo império (Zarankin, & Senatore, 2007: 17); a legitimação do direito à propriedade imperial sobre uma natureza virgem (Cf. Dodds, 2002), e, ainda; fundamental para este texto, a curiosidade científica sobre o papel do extremo sul na configuração

14 Por imanência, ou imanente, entenderemos tudo o que é intrínseco, ao mesmo tempo causa e consequência internas ao objeto, pensamento ou ação. Transcendência ou transcendente, por outro lado remete a tudo que é extrínseco, condicionante ou atribuído ao objeto, pensamento ou ação.

magnética e meteorológica do planeta (Tamiksaar *et alli*, 2010: 07-08). Os mares do sul e posteriormente a porção continental da Antártida configuravam-se, assim, no final do século XVIII até meados do XIX, como lugares de exceções: exceções geográfica, demográfica e natural (Dodds, 1997: 30-31 e Ó Tuathail, 1996: 15). O interesse antropológico pela presença científica na Antártida remete às variações de tais excepcionalidades já que parecem ser elas, as excepcionalidades, os elementos cosmológicos mais característicos da presença humana naquela parte do globo, até o presente.

Mais que apresentar um ponto de vista “nativo” sobre a dúvida antropológica, a curiosidade “nativa” sobre minha pesquisa elenca elementos que constituem suas próprias dúvidas científicas sobre o que a Antártida é – e como ela funciona. A surpresa com que meus interlocutores receberam a notícia de uma pesquisa antropológica sobre suas práticas na Antártida resulta do contraste entre as razões antropológicas e as razões científicas para pesquisar aquela região. Nesse contraste, a curiosidade científica sobre a natureza austral é tida pelos “nativos” como natural, enquanto a antropológica não. A dúvida científica sobre as excepcionalidades da natureza Antártida são “naturais” para os “nativos” porque, não havendo populações humanas na região, resta às disciplinas acadêmicas competentes investigarem o que há disponível. O que há disponível? Os sistemas naturais, passíveis de abordagens científicas, já que funcionam de acordo com as leis universais do cosmos. Portanto, cabe aos cientistas estudarem a Antártida, e, ao fazê-lo, os próprios elementos da natureza austral ganham *status* ontológicos específicos¹⁵.

Na Antártida os *status* ontológicos dos elementos naturais revestem-se de uma excepcionalidade ímpar: eles são responsáveis pela regulação de todo o sistema natural do planeta. Decorrem desse fato os valores morais que mobilizam as pesquisas científicas na Antártida – a paz e a cooperação técnica – na medida em que para pesquisar a/na região austral, é necessário um enorme esforço entre nações. Desse modo, além de dar pistas sobre o *status* ontológico da Antártida, a dúvida de meus interlocutores – os “nativos” em causa – também revela os valores que os dirige àquela região. De um lado, deparamo-nos com uma natureza única, mas que funciona como qualquer natureza imaginada pelo universalismo científico (Fogg, 1992: 01); de outro, com uma excepcionalidade ubíqua que designa a Antártida como “ambiente global”. Em suma, a interrogativa “*o que faz um antropólogo na Antártida?*” expressa o ponto de vista “nativo” sobre o ponto de vista antropológico. Ao mesmo tempo expressa, por contraste, a curiosidade científica em relação à região austral, onde o estatuto da excepcionalidade dos sistemas naturais articula-se com a lógica da presença humana naquele continente.

Este é o caso de pelo menos dois dos quatro grupos de cientistas brasileiros

15 Aliás, a constituição de *status* ontológicos dos elementos da natureza resultante das relações entre estes elementos e as práticas científicas é uma constante em qualquer pesquisa (Cf. Latour, 2001).

com quem realizei pesquisa de campo. O grupo multidisciplinar de paleoclimatólogos com formação influenciada pela glaciologia, por exemplo, encara a Antártida como ambiente diferente dos demais por conter a maior parte da criosfera¹⁶ e, portanto, funcionar como mecanismo natural global de troca de energia e massa. Por ser naturalmente o local dessas trocas, a Antártida se torna “naturalmente” o ambiente das práticas paleoclimatológicas. O grupo de biólogas, por seu turno, entende que certas populações de peixes antárticos podem ser indicadores das variações de temperatura da água. A Antártida aparece aí como *habitat* – e, portanto, como um lugar particular, único – de espécies que indicam a situação global da temperatura planetária. Novamente a região austral figura-se como natureza excepcional, digna da curiosidade científica e, portanto, como laboratório “natural” para as pesquisadoras.

Tanto para paleoclimatólogos, como para biólogas, a excepcionalidade imanente à natureza da Antártida conduz a uma excepcionalidade transcendente que “naturaliza” o território: a Antártida é terra para a ciência. Isto é, o *status* ontológico da Antártida funciona para a construção de sua identidade geográfica, social e política: a ciência, a paz e a cooperação técnica internacional, cativos, como vimos, do ATS. Embora eu trate do assunto na próxima seção, vale adiantar que o universalismo é imanente à cosmologia científica porque o funcionamento da natureza também o é. Na mesma medida, e conseqüentemente, a idéia de excepcionalidade da região austral é imanente à cosmologia científica porque é imanente à natureza antártica. Por essa razão a presença humana legitimada nas políticas da região austral, situa os cientistas como principais agentes. Afinal são eles, os cientistas, aqueles capazes de desvendar a excepcionalidade da natureza antártica adequadamente – e não os antropólogos. Assim, a excepcionalidade da natureza antártica justifica a exclusividade das práticas científicas como epicentro da presença humana no território. Por isso, considero que as identidades transcendentais da colonização científica da Antártida – os sistemas sociais e políticos que anteparam as concepções de paz e cooperação técnica internacional – só podem ser estudadas se as articularmos com as excepcionalidades imanentes.

Transitando entre os procedimentos intelectuais que conduziram à curiosidade “nativa” sobre o que faz um antropólogo na Antártida formulei as minhas próprias dúvidas. Na seção que se segue procuro apresentá-las e tirar suas conseqüências para a pesquisa antropológica.

A EXCEPCIONALIDADE DA NATUREZA ANTÁRTICA: IMANÊNCIA COSMOLÓGICA, IDENTIDADE TRANSCENDENTE

Para compreendermos “por que os cientistas vão à Antártida” e, poste-

16 A Criosfera é constituída por regiões da superfície terrestre cobertas permanentemente por gelo e neve.

riormente, extrairmos o saldo antropológico dessa interrogativa, sugiro uma rápida digressão visando, primeiramente, mostrar a relação intrínseca entre a excepcionalidade imanente à natureza antártica e a cosmologia “nativa”. Em seguida, vale considerar que o fato mesmo da excepcionalidade não é suficiente para caracterizar a colonização científica da Antártida. É necessário qualificá-la. A idéia de “pólo” desempenha aí papel central. Ao final da seção recorro mais uma vez à história – agora do I IPY realizado em meados do século XIX – para demonstrar que o cosmopolitismo inerente à colonização da Antártida tem suas raízes no funcionamento excepcional da natureza austral – e não exclusivamente nos traços transcendentais característicos do ATS. Iniciemos pela perspectiva “nativa” quanto à Antártida.

Os “nativos” são cientistas e, como tais, assumem que a natureza funciona de um modo que possa ser compreendida. Não faria sentido para os paleoclimatólogos estudarem a Geleira Wanda e as biólogas pesquisarem os peixes do gênero *Nothotenia*, caso esses elementos naturais fossem, por assim dizer, “sobrenaturais”. Os cientistas também assumem que o funcionamento da natureza é imanente a ela. Não é o conhecimento paleoclimatológico sobre a Geleira Wanda que desliza e transporta sedimentos e sim a própria Geleira; assim como não são as interpretações biológicas que respondem à variação de temperatura da água, e sim as células dos peixes. Desse modo, a excepcionalidade se deve ao funcionamento imanente da natureza antártica. Para acessar essa imanência, as sociedades dos cientistas – i.e., as nossas – baseiam-se no universalismo. Este sugere que os mesmos métodos, nas mesmas condições experimentais e de coleta de dados conduzirão ao conhecimento de como a Geleira desliza e como as células de peixes respondem à variação de temperatura da água.

Praticar ciência é, portanto, conquistar o direito à explicação – i.e. à dúvida – sobre o funcionamento imanente da natureza – seja da Geleira Wanda, seja dos peixes do gênero *Nothotenia*. Por essa razão, nas sociedades da maioria dos leitores e do autor deste texto, os paleoclimatólogos são aqueles que sabem – ou estão aptos a saber – como funcionava a Geleira Wanda e os climas no passado. As biólogas são aquelas que sabem como a vida responde à evolução – assim como os peixes do gênero *Nothotenia*. O direito à explicação e à dúvida científica é atribuído àqueles que são iniciados nas universidades. Por isso, os grupos de pesquisa sobre a Geleira Wanda e juntos aos peixes *Nothotenia* contam com estudantes em diversos graus de formação, orientados por pesquisadores experientes nos temas respectivos. Após a iniciação os cientistas devem legitimar seus achados sobre a natureza junto aos pares em cada área disciplinar: os dados e artigos sobre a Geleira e sobre os peixes serão publicados após a avaliação dos orientadores e dos corpos editoriais formados por cientistas. Nessas arenas de legitimação, diversas explicações competem pela veracidade das afirmações científicas. Em

meio a debates e controvérsias internas a cada disciplina, os cientistas constroem as realidades subjacentes a seus objetos de estudo. Nesse sentido, as relações entre os cientistas e seus objetos de estudo conduzem à constituição dos *status* ontológicos destes: a Geleira Wanda desliza de uma forma única e as células de *Notothenia* de uma dada população, pescados numa dada localidade, respondem à variação da temperatura da água.

Pelo exposto, uma das possibilidades de resposta à dúvida “*porque os cientistas pesquisam a Antártida?*” seria, como exposto na primeira seção deste texto: “*Porque eles visam ocupar uma posição legítima nas arenas que definem e qualificam a excepcionalidade da natureza austral, adquirindo, assim, poder nas estruturas sociais e políticas*”. Embora seja importante entendermos as posições sociais e políticas na colonização científica da Antártida, tal resposta antecipa os efeitos transcendentais da prática científica, tomando-os como causas imanentes. As arenas de transação e legitimação de conhecimento aparecem aí como anteriores à própria curiosidade científica sobre a “natureza” da natureza. Se, por outro lado, modificarmos a dúvida e perguntarmos-nos “*de que modo a excepcionalidade é construída como tal pela curiosidade científica*”, seremos conduzidos a focar a relação entre o universalismo, cerne da cosmologia científica, e as distinções dos objetos de estudo da ciência. Essa relação, a meu ver, é o fundamento das interrogações científicas em geral. Ao mesmo tempo ela qualifica a excepcionalidade da Antártida, mobilizando a curiosidade científica e tudo o que se considera necessário para a pesquisa naquela região.

Do ponto de vista científico, toda natureza é excepcional, desde sua totalidade até suas partes microscópicas; desde o espaço sideral até os sistemas atmosféricos, oceânicos, terrestres e biológicos. O que parece ser universal na cosmologia científica – portanto imanente à natureza – é a relação entre excepcionalidades; isto é, a relação entre múltiplos *status* ontológicos de objetos, lugares e ecossistemas. As células, os indivíduos, as populações e as comunidades de peixes *Notothenia*, por exemplo, são únicas, assim como cada geleira da criosfera. No entanto, supõe-se que os princípios bioquímicos universais do funcionamento celular expressam as particularidades do comportamento de cada célula, indivíduo, população ou comunidade mundo afora. É a resposta bioquímica que varia, não os princípios do funcionamento bioquímico em si mesmo. Da mesma maneira, a Geleira Wanda é única, mas a sedimentação de qualquer geleira deixa pistas sobre seu passado através de operações semelhantes: arrastando sedimentos, formando morainas, deixando *eskers* à amostra, provocando movimentos entre os *icecaps*, as partes internas e as bases, dentre outros.

Ao conjugar excepcionalidades imanentes à natureza, o princípio universalista permite aos cientistas conectarem seus objetos de estudos aos fenômenos amplos ou mínimos, a depender do interesse de cada pesquisa. Conectam-se partes ao

todo: as respostas bioquímicas das células dos peixes à variação de temperatura das águas; os sedimentos da Geleira Wanda ao comportamento da criosfera. A natureza do “objeto de estudo” científico expressa essa plasticidade fractal entre a singularidade dos fenômenos e seu papel nas composições – maiores ou menores – dos sistemas naturais. Considero, portanto, que, por si mesma, a imanência de cada fenômeno natural não constitui o objeto científico. Para tanto é necessário que cada fenômeno estudado funcione como eixo de relações entre imanências articuladas, o que ocorre mediante a cosmologia universalista. Desse modo, temos que: objetos de estudo científico = imanência do funcionamento da natureza + cosmologia universalista.

Dito isso pergunto: o fato da excepcionalidade seria em si mesmo aquilo que motiva e dirige cientistas de diferentes partes do mundo para a Antártida? Creio que não, pois este fato mobiliza qualquer cientista, para qualquer relação de conhecimento com “objetos de estudo” distribuídos no globo. A mesma operação fractal pode ser realizada por biólogos e paleoclimatólogos dentro ou fora da Antártida e, assim, desvendar excepcionalidades de quaisquer geleiras ou células de peixes. Como vimos, não há nada menos excepcional em qualquer dos casos já que o funcionamento fractal da natureza assegura a simetria entre as excepcionalidades. Nesse sentido, a Antártida é apenas um dentre vários fractais: um composto de variações que repete em frações maiores ou menores o fato da excepcionalidade de toda a natureza (Cf. Fogg, 1992: 1-6).

A excepcionalidade da Antártida começa a variar em relação às outras quando ela é convertida em um de dois: pólo sul do planeta Terra em oposição ou complemento ao Ártico, região do pólo norte. Nesse processo, as relações entre o universalismo científico e os distintos *status* ontológicos dos objetos de estudo da ciência – consideradas aqui o fundamento da curiosidade científica – ganham novos elementos. Elementos que convertem a excepcionalidade imanente da natureza, em identidades transcendentais da prática científica e da própria Antártida. Refiro-me às formas elementares das idéias de paz e cooperação técnica que informam e regulam a economia de vocabulários no ATS. Na Antártida a curiosidade científica sobre a natureza é função desses valores, e vice-versa. Vejamos por que.

A lógica da polaridade está estreitamente relacionada com a forma esférica do globo terrestre e com o princípio da dualidade. Veio de Ptolomeu a sugestão de que a Terra é esférica. Veio de Aristóteles a noção de equilíbrio e simetria da natureza. A dualidade, aliás, sobreviveu à história, cimentando as bases epistemológicas do Iluminismo e resistindo fragilmente até o presente. Chamo a atenção para o período clássico da filosofia e ciência gregas por duas razões. Primeiro para indicar que a excepcionalidade da Antártida nasce nessa época (século III a.C. até o II d.C). Segundo para ressaltar que ela corresponde à tradição tida como ancestral do pensamento científico. Nessa tradição, Anti-ártico era uma

referência antitética e ao mesmo tempo complementar a uma terra que deveria existir para satisfazer o princípio de harmonia e equilíbrio da natureza. Ela deveria contrabalançar as terras e mares sob a constelação da Ursa Maior, o *Arktos* grego (Cf. Godwin, 1996). No entanto, essa é uma história – composta por inúmeros mitos interessantes e alguns fundamentos cosmológicos da ciência contemporânea – que não contarei aqui. Saltemos no tempo.

No século XVI encontramos a primeira formulação imagética do que seria a *terra australis*: uma enorme porção de terra incógnita desenhada em 1531 ao sul do mundo conhecido pelos europeus. Um território naturalmente digno do conhecimento e, claro, do apoderamento. As expedições marítimas do século XVIII reduziram drasticamente a *terra australis*, já que o novo mundo conhecido era contíguo à geografia prévia. Esse foi o período da primeira circunavegação ao continente antártico, que permitiu uma embaçada, porém incipiente imaginação cartográfica da Antártida. Note-se que o atrativo da *terra australis* era o fato dela ser incógnita e inabitada e, por isso, na medida em que se conhecia o sul, ela foi encolhendo.

Vencida a questão do formato da Terra e encontrada a terra perfeitamente *incognita*, até meados do século XIX não dispomos de muitas pistas que relacionem a excepcionalidade da Antártida ao funcionamento imanente da natureza. Pelo menos não da natureza imaginada pelo universalismo científico. Isso só veio a ocorrer quando os cientistas da época despertaram sua curiosidade sobre o magnetismo. Refiro-me às especulações de que as linhas magnéticas do planeta se inter cruzam nos hemisférios sul e norte. Resultam daí os estudos que atestam a dipolaridade do campo magnético terrestre, onde os pólos geomagnéticos sul e norte são antípodas. As linhas magnéticas que percorrem a esfera terrestre entre os pólos, entretanto, conformam campos magnéticos residuais que não são dipolares. Isto é, os princípios magnéticos universais que se aplicam aos pólos não se replicam nos campos residuais localizados em outras regiões do globo.

A partir dos achados científicos sobre o magnetismo os pólos se constituíram como lugares onde ocorrem fenômenos imanentes à natureza que não se multiplicam fractalmente em qualquer parte de sua superfície, mas somente neles. Portanto, a possibilidade da explicação científica universal sobre o campo magnético da Terra confunde-se com a excepcionalidade geográfica dos pólos. Apenas duas regiões, e não outras, incorporam, indicam, regulam e concentram todo o funcionamento do planeta – nesse caso o funcionamento magnético. Eis a ubiquidade que marcou – e marcará – a história da excepcionalidade da Antártida e das relações entre universalismo científico e objetos de estudo polar. As formas elementares da identidade social e política transcendente da Antártida emergem do desempenho imanente dessa natureza peculiar.

No século XIX a excepcionalidade da Antártida, ou dos pólos, despertava a

curiosidade não apenas de estudiosos do magnetismo, mas também de pesquisadores do clima, da meteorologia e da atmosfera – estes últimos em razão das auroras austral e boreal. É nesse período que a cooperação técnica figura-se como identidade transcendente co-relata à dipolaridade imanente à Terra. Para praticar ciência nos pólos era preciso estabelecer arranjos cooperativos entre grupos de cientistas, pois, caso contrário, os esforços dispersos não seriam eficazes. Isso porque a aspereza do clima e as condições geográficas dos pólos desfavoreciam as medições e coletas científicas em escalas satisfatórias. Os cientistas, imersos em seus respectivos contextos nacionais, passaram, então a se relacionar em redes internacionais. A organização do primeiro Ano Polar Internacional – IPY, ocorrido em 1882-1883, marca o surgimento de redes científicas internacionais que caracterizará a identidade da Antártida daí em diante, como terreno da cooperação técnica.

Nas pesquisas realizadas nas regiões polares ao longo do século XIX o maior desafio era encontrar meios técnicos – isto é, instrumentais – e políticos – isto é, econômicos – para acumular dados. No caso das pesquisas magnéticas, por exemplo, sabe-se que desde o século XII a bússola marítima vinha sendo utilizada para medições e, por meio dela, descobriu-se que o campo magnético varia em força e direção de lugar para lugar. No entanto, havia duas complicações para que se pudesse medir o campo magnético da Terra. Primeiro, o campo magnético varia no tempo, segundo, diferentes instrumentos não poderiam tomar a mesma medida, a menos que eles fossem construídos lado a lado. Isso porque cada instrumento media diferentemente. Em 1830 Fridrich Gauss e Wilhelm Weber desenvolveram instrumentos que eram capazes de tomar medidas semelhantes do campo magnético em diferentes localidades (Bulkeley, 2010: 01-02).

O passo seguinte era inevitável: a criação de uma rede de cooperação científica entre observadores espalhados pelo mundo. Assim, foi criado o *Göttingen Magnetic Institute*. Neste Instituto os pesquisadores elaboraram um plano de medições magnéticas em cinquenta e três estações magnéticas – localizadas principalmente no Ártico. Na mesma época ocorriam a *Magnetic Crusade* britânica em busca do pólo sul magnético. No projeto de medições combinadas do Instituto estavam previstos os chamados “*Term Days*” em que todas as estações deveriam medir parâmetros magnéticos a cada cinco minutos durante vinte e quatro horas (Tammiksaar, 2010: 07 et alli). Somente desse modo a excepcionalidade imanente ao magnetismo da Terra poderia ser estudada onde é mais significativa, nos pólos. É importante ressaltar que a curiosidade sobre a excepcionalidade do funcionamento imanente da natureza polar conduziu à construção de linguagens científicas específicas, arranjos socio-técnicos peculiares e disposições políticas únicas. Assim, a excepcionalidade da natureza conforma outras excepcionalidades. Estas, são as identidades sociais, políticas e culturais incorporadas pela Antártida.

São também os traços distintivos que os cientistas devem assumir para entrar em relação de conhecimento com a região austral.

O mesmo ocorria na meteorologia marítima. Matthew Fontaine Maury, então diretor do *US Naval Observatory*, colecionava dados meteorológicos enviados por navios em diversas partes do mundo, o que culminou na criação do *International Meteorological Committee*. O mesmo diretor circulou, em 1861, a primeira proposta para observações combinadas na Antártida (Bulkeley, *Ibid*). Em 1873 ocorreu o I Congresso Meteorológico Internacional. Estava claro na época que eram necessárias muitas medições meteorológicas para se compreender o clima dos pólos. No Congresso discutiu-se como seria possível realizar as mensurações combinadas entre cientistas de diferentes países. Uma das medidas seria criar mais estações meteorológicas no norte para captações comuns e simultâneas de dados. Outra, estabelecer padrões de medição de modo que os dados fossem comparáveis. No mesmo período o hidrógrafo militar prussiano Georg Von Neumayer sugeriu que adicionalmente fossem estabelecidas estações meteorológicas ao sul do hemisfério sul (Tammiksaar, *Ibid*). O *Göttingen Magnetic Institute* e o *International Meteorological Committee*, suas redes, agendas, congressos e atividades científicas subjacentes desempenham papel central na construção dos vocabulários que predicam as identidades científicas polares. Estas duas instituições estão entre as mais significativas no processo inicial de formação de sociedades científicas no Ártico e Antártida.

Após a consolidação das comunidades científicas internacionais que investigavam o magnetismo e a meteorologia dos pólos, era preciso mobilizá-las num esforço comum. Foi o alemão da marinha austro-húngara, Carl Weyprecht, quem levou à cabo a tarefa. Ele desconhecia as propostas de Maury quando regressou de uma expedição ao norte – momento em que o arquipélago *Zemlya Frantsa Iosifa* foi descoberto, 1872-1874. Diante dos resultados alcançados na expedição, ao retornar à Europa Weyprecht estava convencido de que simples expedições nacionais requerem muitos esforços, mas não dão os resultados científicos esperados. Eram necessários dados sincrônicos das regiões polares (Tammiksaar, *Ibidem*: 09). Assim, iniciou-se a organização do I IPY, tomando-se como modelo as idéias de Weyprecht e Neumayer.

Para que fosse realizado o I IPY muitas negociações entre estados-nacionais foram travadas. Se por um lado a cooperação funcionava em si mesma como um objetivo para a pesquisa, por outro, a rivalidade por territórios polares entre nações atuava como obstáculo. Todos os pesquisadores envolvidos na neófito comunidade internacional de cientistas polares estavam de alguma maneira relacionados às estruturas nacionais. Maury, Neumayer e Weyprecht, por exemplo, eram militares. Desse modo, a proposta da pesquisa cooperativa exigia dos cientistas-militares a habilidade de articular posturas transnacionais e posições

nacionais em relação aos territórios polares. Nesse contexto a paz – inseparável da cooperação – emerge no vocabulário identitário das regiões polares. Neumayer, por exemplo, afirmou, após a realização do I IPY que *“This acting in combination of nations is suitable to consolidate peace among them and to arouse the competition on a field ennobling mankind”* (Neumayer, 1901: 454 *apud* Tammiksaar, 2010: 29). Maury, por seu turno, escreveu que

“The advantages and facilities for Antarctic exploration are inconceivably greater now than in the days of Cook and others. They are greatly enhanced by the joint system of national cooperation for the purpose of searching out the mysteries of the sea, now recognized and practiced by all maritime nations. In this beautiful and beneficial cooperation, officers of the different nations have learned to pull and work together for a common good and a common glory. This habit would be carried to the South Pole by co-operation among the different nations concerned in sending out vessels for exploration there” (Maury, 1862:71 *apud* Bulkeley, 2010: 02)

Paz e cooperação são as expressões do internacionalismo, em oposição às rivalidades territoriais nacionais que permearam toda a história de constituição do ATS. Elas são os valores que por um lado, convertem as regiões polares em territórios “naturalmente” internacionais e, por outro, transforma a competição por territórios em apelos ao avanço científico. Ambas, a paz e a cooperação, são os resultados transcendentais da excepcionalidade imanente à natureza antártica. Eis porque as ciências polares e os pólos, verdadeiros artefatos do século XX (Bravo, 2009: xiv-xv), podem ser encarados como “objetos” de estudos antropológicos: porque adquirem predicções próprias, baseadas no funcionamento imanente da natureza e nas identidades transcendentais de paz e cooperação técnica internacional. Desde então a possibilidade de afirmações universais sobre a natureza polar excepcional estava atrelada à condição transnacional (Ribeiro, 2000: 93-130) dos cientistas que porventura se aventurassem nos pólos, condição esta que exige um estado mental específico, uma maneira particular de gerenciar significados: o cosmopolitismo (Hannerz, 1996).

Após o I IPY foi realizado o II IPY, em 1932-33, e o Ano Geofísico Internacional de 1957-58. Como vimos na primeira seção, esses eventos consolidaram a paz e a cooperação como veículos identitários das práticas científicas na Antártida, culminando no Tratado da Antártida. Até o momento não estava claro que o cosmopolitismo pudesse ser o traço característico dos cientistas, embora suas formas elementares traduzidas pelas noções de paz e cooperação técnica internacional estivessem bem estabelecidas. A maneira clássica de pensar o cosmopolitismo decorre da necessidade de expressão de valores necessariamente vinculados à idéia de uma natureza, onde habita uma única humanidade (Robbins, 1998: 02). Embora indicassem que os pólos são lugares que indiciam a situação magnética de

todo a Terra, os estudos de magnetismo e o contexto político do século XIX polar não impunham o debate a respeito do destino de toda a humanidade. Isso veio a ocorrer quando o papel da Antártida na regulação dos sistemas climáticos ganhou força, principalmente após a assinatura do Protocolo de Proteção Ambiental para o Tratado da Antártida, conhecido como Tratado de Madri.

A partir do Tratado de Madri e da crescente preocupação científica com o aquecimento do planeta a excepcionalidade da natureza Antártida passou a incorporar a identidade cosmopolita. Os estudos de paleoclimatologia e biologia, por exemplo, foram responsáveis por demonstrar que o funcionamento dos mantos de gelo e dos ecossistemas antárticos indiciavam a situação da vida no globo, inclusive a humana. Refrear o aquecimento promovido pelo homem e proteger o ambiente austral traduziram perspectivas e ações interessadas no bem de toda a humanidade.

Pelo exposto considero relevante considerar que a excepcionalidade da Antártida deve ser estudada não apenas através dos sistemas sociais e políticos transcendentais, mas pela relação entre universalismo científico e imanência do funcionamento da natureza austral. Ao adotar essa perspectiva, as dúvidas antropológicas que pretendo trabalhar em minha pesquisa ganham novo sentido. Poderíamos, por exemplo, imaginar que o cosmopolitismo é um traço identitário da própria natureza Antártida? Isto é, poderíamos pensar o cosmopolitismo não apenas como atributo humano, mas também geográfico e natural? A excepcionalidade imanente à natureza antártica pode ser lida como identidade cosmopolita transcendente, isto é, como atributo artefactual da região austral? Eis algumas das questões suscitadas pela pesquisa que venho realizando. Deixo-as em aberto, afinal, nunca me incomodou que respostas viessem em forma de perguntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASAD, Talal. 1973. *Anthropology and the Colonial Encounter*. Atlantic Highlands, Humanities Press
- BELTRAMINO, J. 1993. *The Structure and Dynamics of Antarctic Populations*. New York: Vantage Press
- BRASIL – Ministério das Relações Exteriores. 1958. DP/94/602.7(02)(04)
- BRAVO, Michael. 2009. Preface. In: SHADIAN, Jessica M. & TENNBERG, Monica. *Legacies and Change in Polar Science*. Farnham: Ashgate (: xiii-xvi)
- BULKELEY, Rip. 2010. The first three Polar Years – a general overview. In: BARR, Susan & LÜDECKE (Ed.) *The History of the International Polar Years (IPYs)*. London & New York: Springer Heidelberg Dordrecht. (Chapter 1: 01-07)
- CASTRO, Celso. 1990. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramón. *El Giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores/ Universidad Central/ Pontificia Universidad Javeriana
- CHATUVERDI, S. 1990. *The Downing of Antarctica*. New Delhi: Segment Books
- COX, M. 1990. From the Truman doctrine to the second superpower debate: the rise and fall of the Cold War. *Journal of Peace Research* 27(1): 25-41
- DODDS, Klaus. 1997. *Geopolitics in Antarctica: views from the Southern Oceanic Rim*. Chichester, New York, Weinheim, Brisbane, Singapore, Toronto: John Wiley & Sons. Cambridge: Scott Polar Research Institute, University of Cambridge.
- DODDS, Klaus. 2002. *Pink Ice: Britain and The South Atlantic Empire*. London: I.B. Tauris.
- FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. 2005. *O Sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Rio Branco. Brasília.

- FOGG, G. 1992. *A History of Antarctic Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GLASSNER, M. 1993. *Political Geography*. Chichester: John Wiley
- GODWIN, Joscelyn. 1996. *Arktos: the polar myth in science, symbolism and Nazism*. Paperback.
- GROLIN, J. 1987. The question of Antarctica and the problem of sovereignty. *International Relations*. 9: 39-55
- HANNERZ, Ulf. 1996. *Cosmopolitans and Locals in World Culture*. In _____ *Transnational Connections: culture, people, places*. Londres: Routledge. pp.102-111.
- HARVEY, David. 1989. *The Condition of Post-Modernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- HAYES, J. 1928. *Antarctica: a Treatise on the Southern Continent*. London: Richard's Press
- KLOTZ, Frank. *America on Ice*. Washignton D.C.: National Defence University Press
- LANDER, Edgardo. 1993. *La Colonialidad del Saber. Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires, Clacso
- LATOUR, Bruno. 2001 [1999]. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: EDUSC.
- LEIRNER, Piero. 1997. *Meia Volta Volver*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas
- LITTLE, Paul. 2001. *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press.
- MARTINS, Edson. 1998. *Retorno à Ferraz*. Brasília: Editora UnB
- NUGENT, David. 2008. "Social Science Knowledge and Military Intelligence: Global conflict, territorial control and the birth of area studies during WW II". *World Anthropologies Network e-Journal* (3): 31-65.

- ÓTUATHAIL, G. 1996. *Critical Geopolitics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- PEREIRA, Paula M. 2009. *Questão Global e Ação do Estado em uma Perspectiva Comparada: Brasil e Argentina*. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas. Brasília: Universidade de Brasília
- PYNE, Stephen J. 1986. *The Ice: a journey to Antarctica*. Iowa: University of Iowa Press.
- RESENDE DE ASSIS, Luís Guilherme. 2007. *Às Margens da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil: desafios antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília – UnB
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2000. *A Condição da Transnacionalidade* In: _____ *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: Universidade de Brasília. pp: 93-130
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2001. “Post-imperialismo. Para una discusión después del multiculturalismo y Del post-colonialismo”. In Daniel Mato (org.), *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en Tiempos de Globalización*. Buenos Aires: Clacso, pp. 161-183.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2005. “Antropologias Mundiais: Cosmpolíticas, Poder e Teoria em Antropologia”. *Série Antropologia* n° 379. Brasília, Departamento de Antropologia, Univeridade de Brasília.
- ROBBINS, Bruce. 1998. *Actually Existing Cosmopolitanism*. In CHEAH, Pheng & ROBBINS, Bruce: *Cosmopolitics: thinking and feeling beyond the nation*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press. pp: 1-19
- SCILINGO, A. 1973. *El Tratado Antartico: defensade la soberania y la proscipción nuclear*. Buenos Aires: Liberia Hachette
- SILVA, Maria Cristina Ribeiro. 1987. *Contribuição ao Estudo da Antártica no Sistema de Relações Internacionais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP

- SOTO, Nelson S. 2011. Tentáculos Humanos Hacia el Hielo: actividad humana, flujos y ciudades puerto-puerta hacia Antártica. El caso de de la ciudad de Punta Arenas. Chile. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Investigaciones Arqueológicas y Museo. San Pedro de Atacama: Universidad Católica del Norte.
- SPUFFORD, 1997. *I May Be Sometime: Ice and the English Imagination*. New York: S. Martin's Press.
- STRATHERN, Marylin. 2006 [1988]. *O Gênero da Dádiva: problema com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. André Villalobos (trad). Campinas: Editora da Unicamp
- TAMMIKSAAR, Erki; NATAL'YA, Gerogievna S. & LÜDECKE, Cornelia. 2010. The International Polar Year 1882-1883. In: BARR, Susan & LÜDECKE (Ed.) *The History of the International Polar Years (IPYs)*. London & New York: Springer Heidelberg Dordrecht. (Chapter 2: 07-33)
- TAYLOR, G. 1920. *Antarctic Adventure*. London: George Allenand Unwin
- VILLA, Rafael. 2004. *A Antártida no Sistema Internacional*. São Paulo: Editora Hucitec
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. O Nativo Relativo. *Rio de Janeiro: Mana* 8(1): 113-148
- ZARANKIN, Andrés & SENATORE, María Ximena. 2007. *Histórias de un Pasado em Blanco: arqueologia histórica antártica*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

